

Seeduc volta a atacar nosso direito à mobilidade

A Seeduc, mais uma vez, cria graves problemas com a relocação (mobilidade) dos professores Doc. II, em função extraclasse, professores readaptados e professores excedentes por causa do fechamento de turmas, turnos e escolas. No meio do ano, o governo lançou a Circular nº 33 (circular da Seeduc 33 de abril de 2017) que ataca direitos desses profissionais. À época, o Jurídico do SEPE/RJ foi acionado contra a circular e o sindicato convocou várias plenárias com os professores atingidos.

Naquela ocasião, a nossa pressão fez com que a Alerj convocasse para o dia 28 de junho uma audiência pública para discutir os problemas causados pela circular 33. Além dos deputados, estavam presentes representantes de escolas, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e o Sepe. O Secretário Wagner Victor foi muito questionado e afirmou que os docentes não podiam e não iriam ser obrigados a se habilitarem. A fala do secretário está gravada em vídeo na Alerj.

Por meio da Comissão de Educação conseguimos várias outras audiências para denunciar o fechamento de turmas, turnos e Escolas, com a política nefasta de otimização de turmas. Essa política tem como único objetivo a diminuição de gastos, superexplorando o trabalho dos docentes e penalizando o processo de aprendizagem dos alunos. Assim, o secretário está desorganizando a rede estadual de forma nunca vista antes.

O processo só vem piorando e, ao contrário do que afirmou na Alerj, está pressionando os docentes II extra classe com 25 e 30 anos em uma mesma escola a se habilitarem e os colocou em carga horária livre. As professoras estão denunciando e resistindo a esse ataque, não assinando, não se habilitando de forma compulsória e realizando suas atividades nas escolas de origem!

Nesse momento a Seeduc faz mais um ataque a esses profissionais: estão habilitando essas professoras à revelia em várias escolas. É um absurdo o descaso da Seeduc para com esses profissionais em final de carreira. O governo não está cumprindo nem as próprias circulares e resoluções que cria. Orientamos a categoria a procurar a direção de núcleos e regionais para ter acompanhamento do sindicato.

Ao invés de chamar os concursados, o governo sobrecarrega e desrespeita os profissionais, que estão há vários anos na rede, trabalhando, na maioria das vezes, em péssimas condições de saúde mental e física. Lembramos que esses profissionais realizam um trabalho importante em suas escolas e que a sua relocação vai desorganizar ainda mais a vida das escolas, dos alunos e dos próprios professores.

É muito preocupante ver como a perícia e a Seeduc estão atuando juntas para mascarar a falta de professores que vem sendo cobrada pelo Ministério Público. Inclusive, já questionamos a Seeduc sobre como ficará a nota dos alunos nos bimestres anteriores e não obtivemos resposta. Os professores não devem, em hipótese alguma, lançar notas no período que não deram aula, pois isso configura crime.

A direção do Sepe, em suas sedes regionais na capital e nos núcleos do sindicato nos municípios, está à disposição para acompanhar os profissionais que forem chamados às Metros - o Sepe também entrou com uma ação sobre essa questão junto ao TJ e já denunciou a situação ao Ministério Público - no site do sindicato na Internet tem o contato de todos os núcleos e regionais.

Governo estadual quer fechar escolas

O secretário Wagner Victor publicou resoluções que atacam a educação pública estadual e os direitos dos profissionais de educação. As resoluções dizem respeito às questões como municipalização, lotação e direito de antiguidade dos profissionais e o fechamento de escolas em todo o estado.

As resoluções nº 5531 e a nº 5532 atingem diretamente o direito de origem (lotação) do servidor e também coloca em risco a existência de turmas, turnos e até escolas. A 5549, estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental.

As resoluções 5531 e 5532 visam substituir a Circular Interna nº 33 da Seeduc e aprofundar os ataques aos profissionais de educação. Já a resolução mais recente de número 5549 prepara a municipalização da rede estadual, visando retirar toda a responsabilidade do governo em relação à Educação.

O secretário agiu de forma antidemocrática, publicando, sem nenhuma discussão, atos que mexem com o servidor da Educação e com os alunos. O secretário ignorou até mesmo as recomendações e críticas da Comissão de Educação da Alerj, Ministério Público e Defensoria Pública às resoluções. É fundamental a mobilização da categoria para assegurar seus direitos e garantir a educação pública como direito básico da sociedade.

Sepe cobra devolução dos dias descontados

A direção do Sepe vem denunciando há vários meses os descontos que foram feitos, durante todo o ano, nos contracheques dos profissionais de educação da rede estadual. Encaminhamos à Seeduc, conforme foi solicitado pela própria instituição, vários contracheques, comprovando o desconto.

Houve compromisso da Seeduc, com a mediação da liderança do governo na Alerj, de que os descontos relativos a 17 dias da greve de 2016 (17 a 30 de junho) seriam devolvidos, assim como não seria efetuado o desconto dos meses seguintes. No entanto, a Seeduc não devolveu os valores relativos a esses dias até agora.

Mesmo aqueles professores que realizaram a reposição não tiveram devolução. Continuamos a cobrar a devolução de todos os valores, assim como o pagamento do Enquadramento por Formação.

Aposentados enfrentam um dos maiores ataques aos seus direitos na História

Os professores e funcionários administrativos aposentados das escolas estaduais trabalharam mais de 30 anos em prol da comunidade escolar - muitos deles mais de 40 anos -, atuando na educação formal de milhões de crianças, adolescentes e adultos, contribuindo na formação de cidadãos críticos.

O governo do estado fez pouco caso disto e, no final de 2015, sob a desculpa de falta de dinheiro e crise econômica, implementou uma cruel política que afetou o funcionalismo em geral, mas atingiu em cheio os aposentados, que passaram a conviver com os atrasos, os parcelamentos e o calote nos seus pagamentos. Não bastasse o calote, Pezão e Dorneles iniciaram o processo de destruição dos direitos dos servidores, atrasando e parcelando o pagamento, além de estabelecer um calendário diferente daquele dos profissionais em atividade. O Rio chegou a esse caos graças à roubalheira. Não foi crise, foi roubo

O problema atingiu também diversos municípios, como Duque de Caxias, Belford Roxo, Teresópolis e São João de Meriti, que deixaram de honrar seus compromissos e atrasaram os salários de servidores ativos e aposentados. Em casos extremos, em muitos deles os aposentados ficaram meses sem receber seus vencimentos.

O Departamento Jurídico do Sepe entrou com ações na Justiça para tentar minorar a grave situação dos aposentados, que estão sem dinheiro para honrar seus compromissos financeiros, comprar alimentos e medicamentos para o tratamento da sua saúde. Veja as principais ações na Justiça:

1) Ação contra o atraso no pagamento dos salários dos aposentados:

O Departamento Jurídico do Sepe ingressou com uma ação coletiva visando à responsabilização do Estado em razão dos danos morais que ele causou (atraso no aluguel, corte de luz, falta de medicação de uso contínuo, entre outros) nos aposentados da educação.

2) Ação contra aumento de alíquota previdenciária no estado:

O Sepe pediu ao desembargador Sérgio Azeredo, da 11ª Câmara Cível do TJ-RJ a punição do governo do estado pelo descumprimento da liminar que impede a cobrança da alíquota de 14% da previdência enquanto o estado ainda estiver devendo verbas remuneratórias à categoria. Por isso, no entendimento do sindicato, o desembargador não liberou o estado para cobrar o aumento da alíquota.

O sindicato também ingressou, no TJ-RJ, com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o aumento da alíquota previdenciária. Esta ação já está com parecer favorável do Ministério Público. A ação do Sepe está tra-

mitando em conjunto com uma outra ação com o mesmo teor do Sindjustiça. Importante ressaltar que o tema está em debate também no Supremo Tribunal Federal.

3) Processo Nova Escola:

Os mandados de pagamento pendentes (de quem perdeu o prazo para saque) dos grupos I e II estão sendo providenciados pelo cartório do juiz; será realizada uma audiência especial com o juiz responsável em dezembro para tratar do cumprimento do acordo para os demais grupos.

Campanha de publicidade em defesa dos aposentados

Durante todo o mês de agosto foi veiculada a campanha de cartazes em ônibus (busdoor) de todo o estado que o Sepe preparou em defesa dos aposentados. A campanha teve o mote: "Contribuímos para a Previdência! Onde está o nosso salário - aposentados da Educação". A campanha denunciou a situação de penúria em que muitos aposentados da rede estadual e de diversas redes municipais têm vivido.

Alerj aprova emenda ao Orçamento que prioriza pagamento de pessoal

Em uma importante vitória dos servidores estaduais, a Alerj aprovou nesta terça-feira (12) emenda ao projeto de lei orçamentária de 2018 que prioriza o pagamento de salários dos servidores e impede o parcelamento. Os servidores acompanharam a votação, que contempla ativos e aposentados, nas galerias.

A votação foi muito apertada: 22 votos favoráveis ao aditivo contra 21.

A emenda ainda poderá ser mantida ou vetada pelo governador Luiz Fernando Pezão, quando o texto do orçamento for à sanção. Em caso de veto ao aditivo, posteriormente a Casa analisará e pode derubá-lo ou mantê-lo.

Também foi aprovada a emenda fundamental sobre a criação de duodécimos para as universidades estaduais.

Temos que manter a mobilização para que o governador não vete essas emendas!

Informe sobre o processo Nova Escola

Os aposentados que perderam o prazo dos Grupos I e II, que estão aguardando a reexpedição de mandado de pagamento referente ao PROCESSO NOVA ESCOLA, devem fazer contato com urgência com os Núcleos, Regionais ou o Sepe Central, para obter o seu mandado de pagamento, cujo prazo de 90 dias para saque já se encontra em curso.

Até o momento, 187 mandados já se encontram à disposição para impressão.